

Capítulo 6

Escola pública no Brasil: 200 anos de mudanças e permanências.

Luciano Mendes de Faria Filho¹

Estamos, no Brasil, em tempos de elaborarmos as memórias sobre importantes acontecimentos de nossa história. Alguém poderia dizer que esta tarefa se nos impõe a todes e a todo tempo, e não estaria sem razão. Acontece que recém saída das “comemorações” dos 200 anos da independência estamos, em 2024, lembrando dolorosamente dos 60 anos do Golpe Civil-Militar que mergulhou o país numa longa noite de arbítrio e violência e às vésperas de lembrarmos os 200 anos da primeira Lei Geral de Instrução Pública do Brasil independente, publicada em 1827.

Se, por um lado, nossos olhares estão voltados para o passado, para elaborá-lo e nele achar inspirações e abertura de horizontes, por outro, como pessoas mergulhadas no presente não podemos esquecer as tarefas que nos são impostas para a reconstrução democrática do país depois dos anos de destruição comandados pela família Bolsonaro e seus áulicos. Nesta tarefa de reconstrução, novamente somos convocados/as para pensarmos um Plano Nacional de Educação, como bem nos lembrou e encaminhou a recém realizada Conferência Nacional de Educação- CONAE 2024.

Estamos, portanto, em tempos grávidos por mudanças alvissareiras e, como nunca, também por permanências nem

¹ Reuni neste texto algumas de minhas manifestações públicas, inclusive no PORTAL DO BICENTENÁRIO: *I Seminário Internacional 200 anos de escolas públicas no Brasil*, realizado na UESC, em dezembro de 2023, sobre o *Bicentenário da Independência e os 200 anos da escola pública em diferentes países da América Latina*. Agradeço à Profa. Cintia Borges de Almeida a oportunidade de publicá-las neste livro. Do mesmo modo, agradeço ao CNPq e à FAPEMIG o apoio à realização das pesquisas que resultaram nestas reflexões.

sempre desejadas. Mas, numa visada mais ampla, essa não foi sempre a nossa história? Essa não é, sempre, a história do mundo e, dentro dela, a história da educação?

Independência, independências.

A estabilização do dia 7 de setembro de 1822 como a data de Independência Nacional, bem como a produção de um significado exclusivamente positivo em relação ao chamado Grito do Ipiranga, resulta de um intenso investimento do Estado Nacional e das elites brasileiras. Neste investimento, busca-se apagar, continuamente a existência de controvérsia a respeito do 7 de setembro, bem como em relação ao processo mesmo de independência do país.

Em 1822 nem existia o Brasil que conhecemos hoje, nem havia unanimidade sobre a condução dos movimentos que levariam à nossa separação de Portugal. Neste sentido, a história oficial deste processo busca apagar a “invenção” do 7 de setembro como data oficial de nossa independência, assim como joga para debaixo do tapete o fato de que a própria independência brasileira, ao contrário do restante da América Latina, foi um acordo pelo alto que em que se buscou preservar as bases que constituem a sociedade colonial brasileira, sobretudo no que diz respeito à manutenção da escravidão como estrutura básica do país que se buscava fundar.

No transcurso do século XIX e ao longo do século XX, as festas cívicas, entre elas a da Independência Nacional, se transformavam em atividades escolares por excelência. Preparadas, estudadas e vividas nas escolas, tais festas não raramente tomaram o espaço público, invadiram as ruas e se transformaram também em espetáculos públicos oferecidos pelos sujeitos escolares – professoras/es e, sobretudo, alunas/os – para a população.

Os regimes políticos autoritários, como o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foram hábeis em utilizar as festas cívicas e a fácil mobilização dos estudantes para reforçar suas políticas. Para isso, investiram na produção de materiais – livros, revistas, jornais, postais, programas de rádio e televisão,

filmes, dentre outros – que buscavam exacerbar o nacionalismo, o patriotismo e o autoritarismo que caracterizam tais regimes.

Não é sem razão, portanto, que, ao longo da história, movimentos autoritários utilizem o dia 7 de setembro como momento importante de suas lutas para aprofundar o projeto de Estado autoritário e de sociedade desigual e violenta que apoiam. Do mesmo modo, não é por outro motivo que a disputa em torno dos sentidos da história que nos trouxe até aqui e que a construção do país que sonhamos no campo democrático tradicionalmente também mobilize manifestações – a exemplo do Grito dos Excluídos –, para o mesmo dia.

Nesta perspectiva foi profundamente alvissareiro a iniciativa em Rede Nacional, como o Portal do Bicentenário, para produzir e editar conteúdos, assim como para organizar atividades, que visem discutir o Bicentenário da Independência junto à Escola Básica. Mais salutar, ainda, foi que tal Rede tenha a participação de professoras e professores da educação básica e de suas organizações sindicais.

A promoção do encontro entra os sujeitos da escola básica, da universidade, das instituições científicas, dos movimentos sociais e sindicais, bem como de outros sujeitos e organização da sociedade civil é uma estratégia fundamental para a disputa pelas narrativas e pelos sentidos da história e da educação em nestes tempos sombrios em que estamos.

Esperanças a educação!

Ainda estamos em tempos de para chamar a atenção para o lugar simbólico ocupado pela educação nos projetos de independência do país e, ao mesmo tempo, para demarcar a educação como um importante lugar a partir do qual o Brasil poderia e deveria ser pensado.

Trata-se, portanto, de uma postura que reconhece que a educação, notadamente a escolar, sintetiza boa parte das esperanças e frustrações societárias sobre a possibilidade de

construirmos uma Nação independente. Por isso mesmo, trata-se de pensar a Nação de forma articulada com o resto do mundo ou, dito de outro modo, de pensarmos as peculiares formas de participação do Brasil nas diversas vagas de globalização e, portanto, de interdependência entre países que marcam a história planetária nos últimos dois séculos.

Essa perspectiva que entende a educação como um lugar de síntese da história do país é bastante profícua para pensarmos os últimos 200 anos de nossa história. Não menos importante e eficaz é, também, para pensarmos os tempos atuais. Justo no momento em que nos preparamos para discutir e comemorar o bicentenário da escola pública no país. Tal movimento pretende criar as condições para que as mesmas elites que desde sempre se apossaram do Estado e dos fundos públicos para garantirem seus interesses privados, retomem seu lugar de conforto na direção dos “negócios públicos” (Faria Filho *et al.*, 2022).

Agora, tal como há 200 anos, o objetivo das forças reacionárias e conservadoras, com franco apoio da maioria dos chamados liberais, querem garantir que não haja mudanças, estruturais ou não, que coloquem em risco suas pretensões de acumulação de riqueza, sempre às custas dos interesses da maioria da população. Lá, foi a manutenção da escravidão e da constituição do único Império nos trópicos que sintetizaram os arranjos pelo alto; aqui é a entrega do patrimônio público e a destruição do Estado Nacional.

Lá como cá, a educação é vista sob o prisma da liberdade, ainda que essa implique, sobretudo, numa integração da maioria às regras draconianas estabelecidas por uma minoria que, para fazer cumpri-las, não hesita em recorrer à violência simbólica das instituições as mais diversas, incluindo a escola, ou à violência física, quando aquela não obtém o resultado pretendido.

No momento atual, como a repercussão das deliberações da Conferência Nacional de Educação deixaram entrever, podemos verificar que o investimento dos grupos autoritários e empresariais se dá claramente nas duas direções. De um lado, uma grande integração dos grandes grupos midiáticos na produção de

verdades que, mesmo não tendo referência nos fatos, buscam produzir como inimigos da pátria aqueles que lutam pelo Estado de Direito e pela manutenção de políticas públicas dirigidas à maioria da população. Do mesmo modo, no campo da educação escolar, investem numa ideia de escola sem partido, obscurecendo o fato de que, sob o manto do argumento, se esconde, na verdade, a defesa “partidária” da manutenção dos privilégios de uma minoria contra os direitos da maioria.

Educação pelo Medo e pela Violência, uma permanência nefasta.

No momento em que refletimos juntas (juntos, juntas e juntos) sobre as várias efemérides acima indicadas, há muito energia empregada em repensar o país. Nesse processo, como já se disse, não apenas o presente é objeto de disputas, mas também o nosso passado, nossos símbolos nacionais, nossos marcos e mitos fundadores.

Aqui, ainda que o genocídio, a escravidão, o medo e a violência constituam elementos estruturais de nossa história desde as guerras de invasão dos territórios que vieram a constituir o Brasil, durante muito tempo se construiu uma representação muito “positiva” de que os brasileiros são cordiais e avessos à violência. Felizmente, há, hoje, uma crítica fundamentada de todas as áreas do conhecimento a essa visão idílica do Brasil, a qual, como temos visto na atualidade, encobre a violência que campeia pelo país.

No entanto, ainda permanece, entre nós, a ideia de que a educação e, sobretudo, a escola trará a salvação para o Brasil. Mais emprego, mais renda, mais democracia, mais comida, mais moradia [...], mais tudo é visto como dependente da escola, ou melhor, de uma “escola de qualidade para todos”.

Essa ideia, como já se disse aqui, é uma forma de jogarmos sempre para um futuro incerto a necessidade de estabelecimento de políticas, hoje, para que, no presente, a vida da população mais pobre seja digna. Sabemos que nossas vergonhosas desigualdades

não serão superadas apenas e tão somente pelo concurso da escola, por melhor e mais abrangente que ela seja.

Além disso, é sempre preciso considerar que, mesmo a escola, ao longo de nossa história, foi uma promessa continuamente postergada pelos poderosos. Não fosse a luta das camadas populares e dos movimentos sociais organizados, não teríamos nem o ensino fundamental para todes nesse país.

Mas hoje, como outrora, não basta a violência simbólica, pois vários são os movimentos e as estratégias que põem em dúvida a sua eficácia. A mobilização da “força pública” contra a população demonstra, de forma cabal, as práticas e os horizontes antidemocráticos e autoritários daqueles que se mantêm secularmente no poder. Não sendo prerrogativa dos governos golpistas, infelizmente, a ação violenta da política militar contra as manifestações em vários estados brasileiros, remete-nos aos momentos mais cruentos de nossa história de país independente.

Nesse contexto, assim como não é por acaso que uma proposta como a da escola sem partido ganha visibilidade, também a educação pública mantida com os recursos da população vendo sendo disputada pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras ávidas por lucros fáceis. Entregar a educação escolar, sobretudo a básica, nas mãos de grupos empresariais estrangeiros, além de uma violência contra a nossa precária soberania, é também uma alienação dos projetos de formação das novas gerações aos interesses do capital internacional. Uma vez entregue a educação a grupos transnacionais, querer que os mesmos atendam aos interesses do Brasil e não aos das nações e grupos econômicos que os orientam será uma vã filosofia.

Tanto quanto a política e a economia, suas histórias e suas atualidades, a educação, em sua história e por meio das grandes questões atuais que sintetiza, nos revelam um país fragmentado e tão desigual quanto diverso. Ao mesmo tempo, a educação, como outras dimensões da vida nacional, nos mostra um país em que as pessoas, muitas pessoas, lutam por direitos e pela reconstrução do Estado de Direito, das Políticas Públicas e da Democracia.

EDUCAÇÃO, um presente para o futuro do Brasil.

Nestes momentos de disputa e de perigo, não faltam aqueles e aquelas que se lembram que “o Brasil é o país do futuro” e que neste futuro o país será melhor. Enquanto isso, no entanto, fazem de tudo para que o passado nunca passe, ainda que se travista das ciências e das tecnologias mais modernas possíveis. Na verdade, como sabemos, o futuro é um espaço-tempo que não existe, e só nos restou, como regra, a contínua atualização de um país desigual, violento, autoritário e dirigido por elites que destruiu, continuamente, nossos melhores sonhos de que um outro país era possível.

Uma das variantes da máxima do “país do futuro” é aquela assertiva de que “quanto tivermos educação de qualidade para todos o Brasil vai melhorar”. Presente já nos discursos políticos e intelectuais do século XIX, e reiterada ainda hoje, tal sentença, transformada em slogan das empresariais brasileiras, tem servido para retirar de si a responsabilidade pelas crescentes desigualdades, apesar da expansão da escola e de sua melhoria, e jogar sobre a escola e suas profissionais uma responsabilidade que não lhes cabe.

A contínua referência a um futuro promissor, sobretudo em educação, acaba por funcionar como uma cortina de fumaça que esconde a contínua erosão, no presente, das condições de construção de uma escola digna para todos. O presente vivido transforma, muito rapidamente, sonhos em ilusões de um passado em que a escola pública teria sido de boa qualidade.

Os grupos empresariais, como sempre, estão a nos prometer reformas educacionais que, no futuro, garantirão que o empresariado brasileiro poderá pagar um bom salário porque seus empregados, enfim, terão frequentado uma boa escola, pois foram organizadas e geridas sob a lógica empresarial. No entanto, em educação, assim como em qualquer dimensão da existência humana e não humana que habita o planeta, não há que se acreditar que futuro melhor haverá se o presente não o antecipa. O futuro,

na verdade, só existe no presente; fora disso, ele é uma ilusão a acobertar os agenciamentos que negam o “futuro promissor” no momento exato em que o anunciam.

Hoje, mais do que nunca, há que se resolver para quem vai a nossa solidariedade e nosso engajamento. Um Brasil melhor, uma educação de qualidade, o fim das desigualdades e das violências não são presentes que o futuro nos dará. Somente teremos isso se, hoje, agora mesmo, resolvermos pensar a contrapelo e dar presentes dignos ao nosso futuro.

Repensar a educação escolar!

Mas, como já se disse acima, é preciso que sejamos menos otimistas em relação à própria escola e seu poder no mundo social. Todas as pessoas que têm apreço pela democracia, não apenas no seu sentido formal, mas substantivo, ou seja, aquele que ultrapassando as formalidades eleitorais e outros do gênero, se expande como forma e conteúdo das relações humanas, deveria preocupar com o lugar ocupado pela educação, em sua forma escolar, na contemporaneidade brasileira.

Em nosso passado recente, paradoxalmente depois de quatro décadas de construção de uma escola que almejava a formação das pessoas a cidadania, para a inclusão, para pluralidade e a diversidade, para falar de apenas algumas de suas qualidades, vimos que dezenas de milhões de pessoas que passaram por essa escola resolvem escolher (em 2018) para a Presidência da República uma pessoa absolutamente avessa a todas essas coisas.

Não bastasse isso, nas eleições de 2022, o *inelegível*, depois de ser responsabilizar diretamente pela destruição do Estado Nacional e pela morte de mais de 500 mil pessoas (lembrando que as mortes provocadas, no Brasil, pela Covid-19 foram mais de 700 mil pessoas) teve 400 mil votos a mais do que em 2018. E isso com o apoio de pessoas de alta formação escolar e de instituições que dizem presar a ciência e o conhecimento dela advindo.

Isso bastaria para a gente colocar em suspeição a ideia, bastante difundida e amplamente defendida pelas elites empresariais brasileiras, que a salvação da nação estaria nas mãos da escola, desde que essa seja de qualidade.

Historicamente, ainda que a escola seja uma instituição basilar da democracia moderna, sobretudo se se considera as suas formalidades, ela nunca foi suficiente para a garantia de avanços sociais e políticos. Não é sem motivo que o movimento sindical e, de uma forma geral, os movimentos sociais sempre desconfiaram das promessas empresariais de mais e melhores escolas (para a garantia da melhoria de vida e da democracia), ao mesmo tempo em que tais elites buscavam destruir todas as formas de organização e educação mais autônoma das classes trabalhadoras e dos coletivos inconformados com o *status quo*.

A experiência da pandemia provado pelo Covid-19, e as mais perversas formas de exclusão e produção de desigualdades que pudemos presenciar nos últimos anos, nos mostraram o qual a capilaridade da escola pública e do SUS, e a ação das pessoas que nestas instituições trabalham, ou seja, do Estado, foi fundamental para minimizar os impactos da política genocida adotada pelo Governo Federal e seus aliados na sociedade civil e nas várias esferas e estruturas do Estado.

A ação da escola no governo da população, sobretudo infanto-juvenil, mas não apenas, é de longa data conhecida e jamais pode ser reduzida ao ensino e à aprendizagem das disciplinas escolares. São ações de guarda, assistência, formação ética e estética, além de impactar as sensibilidades e os modos de representação sobre a política e as demais dimensões da vida social. Disso decorre, pois, que para que possamos postar a escola à altura das exigências do mundo contemporâneo, não basta reformar os currículos e formar mais e melhor as pessoas que na escola trabalho. A tarefa exige ações muito mais radicais.

Fazer a escola contemporânea do nosso tempo exige trazer para o interior da escola formas de representações que a escola moderna nunca quis (ou pôde) oferecer às camadas populares.

Todas as artes foram expulsas da escola!!! E elas são essenciais para a vida, para a criação de possibilidades de um mundo melhor para todas as populações, humanas e não humanas, que habitam o planeta!

No Brasil, as camadas médias que, de certa forma, moldam a escola – inclusive a pública, mesmo que não a frequentem até o Ensino Médio –, nunca esqueceram da importância das experiências e das representações “não racionalizadas” para a constituição do humano e de todas as dimensões da vida social. Por isso, sem muito questionar a ausência das artes na escola, investem tempo e dinheiro na manutenção de “aulas particulares” de ballet, teatro, dança, cinema, pintura, escultura... Isso para não dizer das línguas estrangeiras e das viagens!

Mas não basta recuperar as artes nas escolas e, com elas, as possibilidades de vivência de outras formas de representar o mundo. É preciso libertar a própria educação de sua forma escolar. A burguesia de tudo faz, há pelo menos dois séculos, para reduzir a educação à escola, pois esta é muito mais fácil de controlar (ainda que, no limite, como sabemos, também os sujeitos escolares teimam em se rebelar) (Arroyo, 1989). Ao mesmo tempo que “oferecem” escola, tudo fizeram (e fazem) para destruir as outras formas de educação autônoma das classes trabalhadoras. Por isso, apoiam a escola, mas apoiam também governos que investem em políticas que causam desemprego e concentração de renda; que criminalizam os movimentos sociais e enfraquecem os sindicatos. Nunca é demais lembrar, mais uma vez, que a única ética e racionalidade do capital é, ao fim e ao cabo, o lucro.

Seremos nós capazes desse duplo giro, ou seja, radicalizar as reformas escolares e, ao mesmo tempo, reconhecer e fortalecer os processos educativos propostos e representados pelos coletivos democráticos e de luta por um mundo melhor? Seremos capazes de questionar, de fato, a racionalidade hegemônica e propor outras razões e formas de pensar, representar e criar o mundo? Esses são, sem dúvida, alguns dos grandes desafios para os quais, mais uma vez, somos convocados (Manifesto-1959, 2006).

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola e o movimento social: relativizando a escola. **Revista ANDE**, nº 12, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *et al* (orgs.) **Educação e Nação no Bicentenário da Independência**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

MANIFESTO dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (Janeiro de 1959). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.205–220, ago-2006.